

# 2017

# PLANO *de* FUNDO

Guia dos estudos  
da Fundação



**FUNDAÇÃO**  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

ESTUDAR  
Divulgar  
DEBATER

*para  
uma* sociedade  
MAIS INFORMADA

# OS ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

## Um guia

No cumprimento da sua missão — produzir, debater e difundir conhecimento sobre a sociedade portuguesa — a Fundação Francisco Manuel dos Santos desenvolve regularmente múltiplas actividades. Essas actividades incluem a recolha e partilha permanente de dados estatísticos através da Pordata ([www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)) e do Portal de Opinião Pública ([www.pop.pt](http://www.pop.pt)); a disponibilização de uma Cronologia de Portugal Contemporâneo ([www.cronologias.ffms.pt](http://www.cronologias.ffms.pt)); a publicação de Ensaios e Retratos sobre a realidade social portuguesa; a publicação da *Revista XXI* e a realização do Encontro Anual da Fundação; ou ainda, mais recentemente, a promoção de debates sobre temas de actualidade social, política e económica em suporte televisivo e radiofónico.

Contudo, para além desta intensa actividade quotidiana, a FFMS tem também aquilo que podemos chamar um *plano de fundo*: um programa científico trienal, que se concretiza em projectos de investigação originais que visam analisar e contextualizar vários aspectos da realidade social portuguesa. No triénio 2015-2017 iniciaram-se cerca de duas dezenas de projectos de investigação apoiados pela FFMS, realizados por equipas de oito universidades portuguesas e três estrangeiras. Esses projectos estão organizados em três principais eixos temáticos: *Bom Governo e Democracia*; *Coesão Social e Justiça Intergeracional*; e *Inovação, Investimento e Crescimento Económico*. A partir de Maio começam a ser divulgados os estudos publicados em 2017. É esse plano de divulgação, os temas abordados, as equipas responsáveis e algumas das principais conclusões que vimos partilhar neste guia dos estudos da Fundação.

Pedro Magalhães

DIRECTOR CIENTÍFICO





# Migrações e sustentabilidade demográfica

## Perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Quando se fala em migrações, é difícil ter uma discussão desapassionada, com diversas tonalidades, já que tudo é descrito a preto e branco. Numa altura em que, por todo o mundo ocidental, se discutem incessantemente os benefícios e malefícios dos fenómenos migratórios, a Fundação Francisco Manuel dos Santos edita um estudo sobre migrações e sustentabilidade demográfica. Será mesmo verdade que, em 2060, Portugal estará praticamente deserto? Esta diminuição acentuada da população é irreversível ou ainda é possível compensar o declínio e envelhecimento populacional que nos assolam? Fará sentido pensar-se na imigração como uma forma de combater esse envelhecimento ou de repor a força de trabalho? E qual será o impacto das migrações no sistema da Segurança Social, especialmente no sistema de pensões de velhice?

Os resultados deste estudo confirmam que as migrações terão um papel determinante na sustentabilidade demográfica, económica e financeira do nosso país, a curto e médio prazo. Contudo, mesmo um saldo migratório positivo não solucionará todos os problemas desse ponto de vista, uma vez que o número de imigrantes necessários para impedir o processo de envelhecimento expectável é inverosímil.

### Sabia que...

... se não existirem migrações, a população residente em Portugal deverá diminuir, dos actuais 10,4 milhões de pessoas em 2015, para cerca de 7,8 milhões em 2060?

... para manter a dimensão da população activa nos próximos 45 anos, seria necessário, em média, um saldo migratório de 75 mil pessoas por ano?

... sem migrações, a percentagem de pessoas com 65 anos ou mais deverá passar de 20%, em 2015, para 37%, em 2060?

... para assegurar que o número de pessoas em idade activa por cada pessoa com 65 anos ou mais se mantém – seria necessário garantir um implausível saldo migratório de 590 mil pessoas por ano até 2060?

### Porquê este estudo?

As migrações têm um grande impacto na economia, no mercado de trabalho, nos sistemas de protecção social e em muitas outras dimensões da vida colectiva. Este estudo apresenta resultados inquietantes, que dificilmente deixarão os portugueses indiferentes.



### Coordenador

**João Peixoto** é Professor Catedrático no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL) e investigador no SOCIUS/CSG (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações) da mesma instituição. É Licenciado em Sociologia pelo ISCTE e Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG/UTL.

### Data da apresentação – 22 de Maio

A apresentação decorrerá no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, às 14h30, e contará com duas partes. Na primeira, a equipa de investigação, representada por João Peixoto (sociólogo, ISEG-UL) e Daniela Craveiro (socióloga, ISEG-UL), apresentará os resultados do estudo, cabendo os comentários a Maria João Valente Rosa (demógrafa, FFMS). Na segunda, haverá um debate entre António Vitorino (advogado), Cátia Batista (economista, Nova SBE), Jorge Malheiros (geógrafo, IGOT-UL), Margarida Marques (socióloga, FCSH-UNL) e Paulo Tunhas (filósofo, FL-UP).

notas

# Limitação de mandatos

## O impacto nas finanças locais e na participação eleitoral

Em ano de eleições autárquicas, a Fundação Francisco Manuel dos Santos publicará, no final de Maio, um estudo sobre o impacto da lei de limitação de mandatos na gestão das finanças locais e na participação eleitoral.

Em 2013, pela primeira vez, 160 autarcas foram legalmente impedidos de se recandidatar à presidência da câmara depois de terem estado pelo menos três mandatos consecutivos no poder. A lei, aprovada em 2005, acabou por colocar a gramática na ordem do dia, gerando uma enorme discussão em torno de preposições, artigos definidos e a contracção das primeiras com os segundos. A redacção da lei não era inequívoca quanto à intenção do legislador. Chamado a pronunciar-se, o Tribunal Constitucional considerou que a limitação era territorial e não respeitante à função, pelo que os autarcas impedidos de recandidatar-se num determinado concelho poderiam candidatar-se a qualquer um dos restantes. Em 2017, é possível tirar uma série de conclusões interessantes sobre os efeitos desta lei.

### Sabia que...

... em 2013, dos 160 presidentes de câmara que não puderam recandidatar-se, 75 foram candidatos à presidência da assembleia municipal? E que três deles integraram uma lista para a câmara da qual tinham sido presidentes? E ainda, que 10 se candidatarão à câmara de outro município, tendo seis deles sido eleitos?

... 41 presidentes de câmara eleitos em 2013 não poderão recandidatar-se nas eleições autárquicas de 2017?

... as despesas e as receitas municipais tenderam a ser menores nos municípios em que o/a presidente de câmara esteve impedido de se recandidatar?

... a queda na participação nas eleições autárquicas, registada entre 2009 e 2013, foi menor nos municípios com presidente de câmara impedido de se recandidatar do que nos restantes municípios?

... uma maior taxa de desemprego e a existência de listas independentes são factores associados a um aumento da participação nas eleições autárquicas?





#### Coordenadores

**Francisco Veiga** é Professor Catedrático da Universidade do Minho. Doutorado em Economia pela University of South Carolina, ensina e investiga nas áreas de macroeconomia, economia política e crescimento económico. Publicou em revistas científicas, incluindo a *European Economic Review* e o *Journal of Development Economics*, e coordenou vários projectos científicos e estudos de consultoria.



**Linda Gonçalves Veiga** é Professora Associada com Agregação na Universidade do Minho. Doutorada em Economia, ensina e investiga nas áreas de economia política e economia e finanças públicas. Tem artigos publicados em revistas científicas e pertence à direcção da European Public Choice Society. Coordenou diversos projectos de investigação e de consultoria.

#### Porquê este estudo?

Em Portugal legisla-se muito e raramente se analisam os efeitos que as leis produzem. Diz-se que o poder local, pela sua proximidade, é aquele que toca as pessoas de forma mais directa, contribuindo para a instilação dos princípios e procedimentos democráticos. É, portanto, indispensável perceber quais são os méritos e deméritos desta inovação legislativa.

Ainda assim, a eleição deste ano colocará questões pertinentes que não são abordadas neste estudo. Será que os *dinossauros* foram mesmo extintos pelo *asteróide* de 2005? Ou estarão de volta em 2017? E regressando, terão o apoio dos seus partidos? Quem não tiver esse apoio conseguirá sobreviver? No fundo, quem é mais determinante na vitória? O partido ou a figura? Já falta pouco para sabermos as respostas a estas e outras perguntas. As eleições estão agendadas para o dia 1 de Outubro.

#### Data da apresentação – 30 de Maio

A apresentação decorrerá na biblioteca da Assembleia da República, às 10h00, e contará com duas partes. Na primeira, moderada por Pedro Magalhães, Director Científico da FFMS, os autores irão apresentar os resultados e discutirlos com dois especialistas: João Cancela (político, FCSH-UNL) e Susana Peralta (economista, Nova SBE). Na segunda, haverá um debate entre deputados à Assembleia da República.

notas

---

---

---

---

---

---

---

# Fundos europeus

## **Instituições, desenvolvimento económico e coesão social**

Os fundos europeus foram encarados, desde a adesão de Portugal à CEE, como o novo ouro do Brasil. Finalmente, este país periférico alcançaria a tão almejada prosperidade. Mas, com o passar dos anos, estes fundos foram ficando conotados com despesismo e negligência: auto-estradas sem carros, estádios de futebol sem equipas, pavilhões gimnodesportivos vazios e casas de família convertidas em empreendimentos turísticos sem hóspedes (pagantes).

É vital perceber qual foi o verdadeiro contributo dos fundos europeus para o desenvolvimento do país. Utilizando um conjunto alargado de dados – montantes, diversidade dos fundos activados, produto, emprego e empresas localizadas nos municípios – este estudo quantifica o impacto económico e social dos fundos europeus nos municípios de Portugal Continental. O objectivo é identificar o papel das instituições e dos contextos locais na obtenção e bom aproveitamento dos fundos.

### **Porquê este estudo?**

Uma análise detalhada do acesso a fundos europeus, por município, torna-se especialmente interessante em ano de eleições autárquicas. Neste estudo podemos descobrir como é que os fundos europeus têm sido aplicados nos concelhos portugueses.

A natureza e os montantes dos fundos europeus destinados ao desenvolvimento económico e social já foram quantificados noutros trabalhos. O que torna este estudo único é, justamente, a análise que faz da interacção entre os montantes e a natureza dos fundos europeus e alguns indicadores institucionais. Por outras palavras, permite perceber de que forma o contexto, instituições e os apoios financeiros da União Europeia se traduzem em desenvolvimento económico e social.

**Data prevista da apresentação – Setembro**



### Coordenador

**José Tavares** é Professor na School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa e Research Fellow do Centre for Economic Policy Research (CEPR) em Londres. Completou o doutoramento em Economia na Harvard University e ensinou, entre outras instituições, na University of California Los Angeles. A sua investigação aborda temas como a relação entre o crescimento económico e democracia, ideologia e política orçamental e os custos macroeconómicos da discriminação de género. Publicou em diversas revistas académicas, incluindo o *Journal of Monetary Economics*, *Review of Economics and Statistics* e *The Economic Journal*. Em 2016, a FFMS publicou o estudo *Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos*, por si coordenado.

notas

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

# V-Dem

## Variedades da Democracia no Portugal contemporâneo

O termo “democracia” é amplamente utilizado, quer por democratas, quer por autocratas, em todo o mundo. Todavia, a universalidade da sua utilização não significa que exista consenso quanto à sua definição. No Ocidente, a palavra “democracia” está intimamente ligada à noção de “democracia liberal”. Será esta a única forma válida de democracia? Ou existirão várias? E, se existirem, serão todas igualmente democráticas?

O projecto V-Dem constitui uma maneira alternativa – e inovadora – de conceptualizar e medir a democracia. Quando comparado com os índices mais antigos, como o *Polity IV*, o *Freedom in the World* e o *Democracy Index*, o V-Dem tem uma série de vantagens. Por um lado, inclui todos os países do mundo (e uma série de territórios dependentes) e dispõe de dados retrospectivos, que remontam ao início do século XX. Por outro, distingue entre sete princípios estruturantes da democracia – participativo, liberal, deliberativo, igualitário, eleitoral, maioritário e consensual – e recolhe dados que permitem medir cada um deles.

O V-Dem consiste numa base de dados multidimensional e desagregada que reflecte a complexidade da democracia enquanto sistema que transcende, em muito, a conjugação da soberania popular com a regra da maioria. O projecto resulta de uma colaboração entre várias universidades e fundações, dispondo de uma equipa de 2500 especialistas espalhados pelos quatro cantos do mundo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos financia parte deste projecto com o objectivo de recolher e analisar indicadores sobre o desempenho da democracia portuguesa, em comparação com os restantes países da Europa do Sul: Andorra, Chipre, Espanha, França, Grécia, Itália e Malta.

### Porquê este estudo?

Ao contrário de outros índices, em lugar de tirar uma *fotografia*, necessariamente estática, de um determinado regime político, num dado momento, o V-Dem produz uma *longa-metragem* para cada território. Recorrendo a esta base de dados, os *observadores* poderão assistir a avanços e recuos, conquistas e revezes, consolidações e



### Coordenador

**Tiago Fernandes** é Professor Auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorou-se no Instituto Universitário Europeu, em Florença (2009) e foi investigador visitante das universidades de Princeton e de Notre Dame (Kellogg Institute) e da Fundación Juan March (Madrid). Publicou vários artigos e livros sobre regimes autoritários, sociedade civil e revoluções. Recebeu o Prémio Gulbenkian para o melhor artigo em Ciências Sociais (2009-2011) e o prémio da Associação Portuguesa de Ciência Política para a melhor tese de doutoramento (2009-2010). Actualmente é o Director do Centro Regional para a Europa do Sul do projecto V-Dem, sediado na FCSH-UNL.

desconsolidações democráticas. E, no final, ficarão a compreender melhor o moroso e intrincado processo de democratização.

O estudo final só será apresentado em 2019. Contudo, ainda este ano, será publicado um livro pela Imprensa de Ciências Sociais, com o apoio da FFMS, com resultados preliminares. O livro intitular-se-á *A Qualidade da Democracia na Europa do Sul, 1968-2016: uma comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*. Actualmente, o portal do projecto (<http://www.fcsh.unl.pt/v-dem/graphs.asp>) já disponibiliza uma série de indicadores sobre estas democracias.

### Data prevista da apresentação – Setembro

notas

# Coesão social e justiça entre gerações

Em Outubro, a Fundação Francisco Manuel dos Santos realizará uma jornada dedicada ao tema da coesão social e da justiça entre gerações. Discutir-se-ão temas como a mobilidade social em Portugal, o conceito de “justiça intergeracional” e os indicadores disponíveis para medir a equidade entre gerações. Este evento incluirá a apresentação dos três estudos seguintes: *Índice de Equidade Intergeracional, Justiça Intergeracional e Sustentabilidade, Mobilidade Social em Portugal*.

notas

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

# Índice de equidade intergeracional

O princípio da equidade, particularmente entre gerações, é central ao conceito de desenvolvimento sustentável. Nas últimas décadas, este deixou de ser estritamente aplicado a questões ambientais – como a preservação dos recursos naturais – e passou a incluir dimensões sociais e económicas. Numa sociedade equitativa do ponto de vista intergeracional, a pertença a uma determinada geração não deve constituir nem uma vantagem, nem uma desvantagem. Será que Portugal pertence ao lote das sociedades equitativas? E, caso não pertença, o que podemos fazer para que passe a pertencer?

A consciência do impacto que as decisões tomadas hoje podem ter nas gerações vindouras, nomeadamente limitando-lhes o leque de opções disponíveis, acabou por originar um debate público acerca da sustentabilidade económica, demográfica e financeira dos sistemas públicos de protecção social e de saúde. Será que estes sistemas são sustentáveis? E serão equitativos entre as actuais gerações activas e as gerações inactivas? Este estudo permite aferir isso mesmo.

## **Porquê este estudo?**

No âmbito deste projecto, desenvolveu-se o primeiro Índice de Equidade Intergeracional em Portugal, que posteriormente será incluído na base de dados Pordata. Este índice reflecte o processo de criação de recursos – humanos, económicos, sociais, ambientais – e a forma como estes são distribuídos. O seu objectivo é comparar a posição relativa das diferentes gerações ao longo do tempo.

A utilização de um conjunto diversificado de indicadores contribui para um melhor conhecimento da realidade portuguesa. Para além disso, permite identificar os pontos fortes e fracos da qualidade de vida dos portugueses e, ainda, fazer comparações com outros países. Idealmente, este índice ajudará a clarificar o debate público e facilitará a adopção de políticas públicas que promovam uma maior equidade intergeracional.

## **Data prevista da apresentação – Outubro.**

Integrada na jornada “Coesão Social e Justiça entre Gerações”.



**Jorge Bravo** é Professor de Economia e Finanças da Universidade Nova de Lisboa – Information Management School (NOVA-IMS) e Professor Convidado da Université Paris IX Dauphine em Paris. É Doutorado e Licenciado em Economia pela Universidade de Évora e Mestre em Economia Monetária e Financeira pelo ISEG-UTL. É consultor do INE, do Ministério das Finanças, do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e de grandes seguradoras nas áreas de Risk Management & Pension Systems. Integrou, como membro externo, a Comissão Interministerial de Reforma do Sistema de Segurança Social em Portugal. É autor de livros, capítulos de livros e artigos publicados por editoras e revistas académicas, nacionais e internacionais, de referência.

notas

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



# Justiça intergeracional e sustentabilidade

Tal como Atlas, o futuro é forçado a suportar um fardo do qual não se consegue libertar: o passado. E as gerações presentes, que já foram futuras, estão irremediavelmente dependentes das escolhas feitas pelas suas antecessoras. Esta dependência agudizou-se, inclusivamente, a partir de meados do século XX, devido a desenvolvimentos inéditos nos domínios tecnológico, demográfico e social.

O endividamento público, o consumo de recursos energéticos não renováveis e os investimentos com retorno a muito longo prazo, são apenas alguns exemplos de decisões – na forma de acções ou omissões – que vão sendo tomadas e que, frequentemente, têm grandes repercussões na qualidade de vida e nas opções das gerações vindouras. Perante isto, a questão que hoje se coloca é a seguinte: será que as gerações presentes têm cumprido as suas obrigações para com as futuras gerações?

## **Porquê este estudo?**

A justiça intergeracional é um tema muito pouco estudado em Portugal. Este projecto recorre aos contributos de várias disciplinas – como o Direito, a Filosofia, a Ciência Política e a Economia – para responder a uma série de questões inquietantes: enquanto comunidade, ao fazermos uso da nossa liberdade, teremos o direito de coarctar a liberdade das gerações futuras? E, por outro lado, será razoável limitarmos a nossa liberdade em prol de gerações por nascer? De que forma é que as obrigações para com as gerações futuras têm implicações na determinação das funções do Estado? E será o sistema político português capaz de reformar-se à medida das exigências dessas gerações?

O objectivo principal deste estudo é contribuir para melhorar a qualidade do debate público na sociedade portuguesa sobre esta temática. Se o debate ficar por fazer, será impossível desenvolver estratégias atempadas para resolver problemas demográficos, económicos e ambientais.



**Jorge Pereira da Silva** é Professor Auxiliar e Director da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa), onde se licenciou (1993), obteve o grau de Mestre (2002) e de Doutor (2014). Tem desenvolvido investigação nas áreas do Direito Constitucional, dos Direitos Fundamentais, da Teoria Geral do Estado e da Ciência Política.

**Data prevista da apresentação – Outubro.**

Integrada na conferência “Coesão Social e Justiça entre Gerações”.

notas

# Mobilidade social em Portugal

Em Portugal, fala-se muito em igualdade, mas nem sempre em igualdade de oportunidades. Será que esta existe mesmo? Ou não passa de um princípio constitucional, meramente aspiracional?

A mobilidade social – inerentemente ligada à igualdade de oportunidades – é um tema caro às repúblicas democráticas. É, inclusivamente, entendida como um indício do estado de saúde das democracias. Afinal, o que pode dizer-se sobre um regime político baseado na igualdade política onde o mérito não suplanta o nome de família e os melhores são impedidos de ascender socialmente?

Este estudo pretende avaliar o grau de mobilidade social em Portugal, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Para tal, começa por distinguir entre mobilidade intrageracional e mobilidade intergeracional. A primeira diz respeito às alterações ocorridas durante a vida de um indivíduo ou agregado familiar, no fundo, aos seus avanços e recuos. Já a segunda

diz respeito à mobilidade de pais para filhos. O estudo ocupa-se ainda da heterogeneidade entre grupos. Socialmente, quem ascendeu mais? Homens ou mulheres? Indivíduos mais ou menos escolarizados? E haverá mais mobilidade social em certas zonas do país?

## **Porquê este estudo?**

Os dados empíricos escasseiam no que respeita à mobilidade social no nosso país. E os dados que existem não são animadores. Passaram-se mais de 40 anos, desde a transição democrática portuguesa, e já é tempo de avaliar o impacto da democratização na mobilidade social.

## **Data prevista da apresentação – Outubro.**

Integrada na jornada “Coesão Social e Justiça entre Gerações”.



### Coordenadora

**Teresa Bago d'Uva** é Professora Associada na Faculdade de Economia da Universidade de Erasmus de Roterdão e doutorou-se em Economia na Universidade de York, em 2006. Os seus domínios privilegiados de investigação são economia da saúde, desigualdade e microeconomia.

notas

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Avaliação, qualidade e equidade em educação

**Se há tema que, em democracia, tem interessado os portugueses, é a educação. Mas, tal como acontece com todos os assuntos apaixonantes, a educação suscita controvérsia, ruído e equívocos vários. A cada três anos, aquando da publicação de uma nova vaga de resultados do PISA, surgem sempre interpretações para todos os gostos.**

Terão os alunos portugueses desenvolvido realmente as competências exigidas? Será mesmo possível aferir aquilo que os alunos aprenderam ao longo do percurso escolar recorrendo a testes? Serão as melhorias registadas reais ou aparentes? E a que se devem?

Com o intuito de contribuir para um debate informado, a Fundação Francisco Manuel dos Santos aliou-se ao Conselho Nacional de Educação, para perceber por que melhoraram os resultados dos alunos portugueses nos últimos anos. Para o efeito, a equipa de investigação seleccionou um conjunto de países incluídos na amostra do PISA.

### Sabia que...

... 48% das mães dos alunos portugueses incluídos na amostra do PISA estudaram no máximo até ao 9º ano?

... Portugal é o país onde a escola exige mais trabalho? Em média os alunos afirmam trabalhar cerca de 50 horas por semana, entre aulas e trabalhos.

... no nosso país, há mais de 30% de escolas cujos alunos atingem resultados acima do esperado, apesar de estarem inseridas em meios socioeconómicos carenciados?

... Portugal tem os alunos mais sedentários? Tendo em conta a correlação existente entre actividade física e bons desempenhos, esta questão transcende a saúde pública.



# Ensino superior

## **Benefícios económicos e não económicos**

Em Portugal, houve, nas últimas décadas, uma enorme expansão do ensino superior, quer no número de alunos, quer no número de instituições. Essa expansão decorreu de um grande investimento público, mas também de um investimento substancial das famílias. Assim, é indispensável perceber quais foram os benefícios retirados desses investimentos.

Será que vale a pena investir – financeira e intelectualmente – num curso superior? E, por outro lado, será que a sociedade rentabiliza o investimento que faz na maioria dos licenciados? Será que a participação cívica e política melhora quando os cidadãos são mais qualificados? E serão estes mais suadáveis?

O estudo tenta responder a estas e a outras perguntas. Sumariamente, tenta compreender quais são os retornos económicos e não económicos do ensino superior, para o indivíduo e para o colectivo.

### **Porquê este estudo?**

Nos últimos anos, com os primeiros sinais de desemprego entre diplomados do ensino superior, gerou-se uma certa desconfiança em relação à utilidade dos cursos superiores. Mas a verdade é que estudar compensa. Os benefícios económicos do ensino superior têm sido amplamente analisados e traduzem-se, fundamentalmente, em retornos salariais e empregabilidade. Já os benefícios não económicos – onde se incluem retornos de saúde, bem-estar, participação cívica e política dos cidadãos e redução da criminalidade – estão por estudar. O presente estudo vem, precisamente, colmatar esta lacuna.

### **Data prevista da apresentação – Outubro.**

Integrada no Mês da Educação e da Ciência.



### Coordenador

**Miguel Portela** é Doutorado em Economia pelo Tinbergen Institute/Universidade de Amsterdão, Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade do Minho, investigador integrado do NIPE/UMinho (Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Universidade do Minho) e investigador afiliado do IZA, Bona. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas de economia do trabalho e da educação, bem como em econometria aplicada. As suas publicações incluem revistas como *Econometrica*, *Scandinavian Journal of Economics*, *Regional Studies* e *Studies in Higher Education*. A sua experiência inclui a elaboração de relatórios de apoio a decisão de políticas, como é o caso do salário mínimo, da educação e do emprego em Portugal, bem como consultoria para os sectores privado e público.

notas

<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>



# O Estado por dentro

## Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Em Portugal, o Estado é uma figura ambígua. Por um lado é praticamente onnipresente. Por outro é relativamente obscuro. Poucos sabem como é que as instituições do aparelho de Estado realmente funcionam.

A Fundação enviou para o terreno vários investigadores com uma missão clara: conhecer o Estado a partir de dentro. Para o efeito escolheram três instituições muito diversas: a Agência Portuguesa do Ambiente, a Assembleia da República e o Campus de Justiça. Em todas elas recolheram depoimentos de representantes e de funcionários, acompanharam o dia-a-dia de quem ali trabalha e inteiraram-se das suas dificuldades e motivações.

### Porquê este estudo?

Em *O Estado por dentro* analisam-se instituições públicas que têm uma enorme preponderância na vida dos portugueses. Os autores que estudaram o funcionamento do parlamento, por exemplo, entrevistaram deputados de todos os partidos representados, chefes de gabinete, líderes de grupos parlamentares, presidentes de comissões, funcionários e até o Presidente da Assembleia da República. Tiveram ainda a possibilidade de acompanhar deputados, juniores e seniores, em acções desenvolvidas dentro e fora da instituição, nomeadamente nos círculos pelos quais foram eleitos.

Estudos etnográficos como este são raros em Portugal. Nele são a floradas culturas específicas que não se prestam a análises quantitativas. Neste sentido, o estudo constitui um contributo importante para aumentar o conhecimento dos cidadãos em relação às instituições públicas que financiam.

**Data prevista da apresentação – Dezembro**



**Daniel Seabra Lopes** é investigador no SOCIUS-ISEG. É licenciado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1994), Mestre em Antropologia: Patrimónios e Identidades pelo ISCTE-IUL (1999) e Doutorado em Antropologia Cultural e Social pela Universidade Nova de Lisboa (2007).

[illegible]

# Estudos da Fundação

**2010 – 2016**

## Conhecimento

### **A Ciência na Educação Pré-Escolar**

Coordenado por Maria Lúcia Santos, Maria Filomena Gaspar, Sofia Saraiva Santos; 2014.

### **Ciência e Tecnologia em Portugal:**

#### **Métricas e Impacto (1995-2012)**

Coordenado por Armando Vieira e Carlos Fiolhais; 2014.

### **Como se aprende a ler?**

Coordenado por Isabel Leite; 2010.

### **Cultura científica em Portugal**

Coordenado por António Granado e José Vítor Malheiros; 2015.

### **Escolas para o século XXI:**

#### **liberdade e autonomia na educação**

Coordenado por Alexandre Homem Cristo; 2013.

### **Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico:**

#### **crenças, conhecimentos e formação dos professores**

Coordenado por João Lopes; 2014.

### **Fazer contas ensina a pensar?**

Coordenado por António Bivar; 2010.

### **Literatura e ensino do português**

Coordenado por José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus; 2013.

### **O multimédia no ensino das ciências**

Coordenado por João Paiva; 2015.

### **O quinto compromisso**

Coordenado por Margaret E. Raymond; 2015.

### **Os tempos na escola: estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países**

Coordenado por Maria Isabel Festas; 2014.

### **Que ciência se aprende na escola?**

Coordenado por Margarida Afonso; 2013.

### **Será a repetição de ano benéfica para os alunos?**

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

## Desenvolvimento Económico

### **25 anos de Portugal Europeu**

Coordenado por Augusto Mateus; 2013.

### **A economia do futuro:**

#### **a visão de cidadãos, empresários e autarcas**

Coordenado por João Ferrão; 2014.

### **Empresas privadas e municípios:**

#### **dinâmicas e desempenhos**

Coordenado por José Tavares; 2016.

### **Investimento em infra-estruturas em Portugal**

Coordenado por Alfredo Marvão Pereira; 2016.

### **O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal**

Coordenado por Rodrigo Sarmento de Beires; 2013.

### **Que economia queremos?**

Coordenado por João Ferrão; 2014.

### **Três décadas de Portugal Europeu: balanço e perspectivas**

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

## **Estado e Sistema Político**

### **Droga e Propinas:**

#### **avaliações de impacto legislativo**

Coordenado por Ricardo Gonçalves; 2012.

### **Feitura das Leis: Portugal e a Europa**

Coordenado por João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif; 2014.

### **Juízes na Europa:**

#### **formação, selecção, promoção e avaliação**

Coordenado por Carlos Gómez Ligüerre; 2015.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **a citação do réu no processo civil**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal: factos e números**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **gestão processual e oralidade**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **meios de resolução alternativa de litígios**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **novo modelo processual**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **o sistema judiciário**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **produção de prova**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **recuperação do IVA**

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **Justiça Económica em Portugal:**

#### **síntese e propostas – começar de novo**

coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

### **O Ministério Público na Europa**

Coordenado por José Martin Pastor, Luís Eloy Azevedo e Pedro Garcia Marques; 2015.

### **Portugal nas decisões europeias**

Coordenado por Alexander Trechsel, Richard Rose; 2014.

### **Segredo de Justiça**

Coordenado por Fernando Gáscon; 2013.

### **Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal**

Coordenado por Alejandro Portes e Maria Margarida Marques; 2015.

## **Políticas Sociais**

### **Custos e Preços na Saúde:**

#### **passado, presente e futuro**

Coordenado por Carlos Costa; 2013.

### **Desigualdade económica em Portugal**

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2012.

### **Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento**

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

### **Informação e Saúde**

Coordenado por Rita Espanha; 2013.

### **Mortalidade Infantil em Portugal: evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008**

Coordenado por Xavier Barreto e José Pedro Correia; 2014.

## **População**

### **Determinantes da Fecundidade em Portugal**

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

### **Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa:**

#### **1950-2011 evolução e perspectivas**

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

### **Envelhecimento activo em Portugal: trabalho, reforma, lazer e redes sociais**

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

### **Inquérito à Fecundidade 2013**

INE e FFMS; 2014.

### **Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida**

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013

### **Projecções 2030 e o futuro**

Coordenado por Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa; 2012.



## Três décadas de Portugal Europeu

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

Este estudo analisa o desenvolvimento de Portugal ao longo das primeiras três décadas de integração europeia. A obra está dividida em três partes. Nos *Olhares*, observa-se a evolução da economia e da sociedade desde a adesão à União Europeia. Nos *Retratos*, cinquenta indicadores sintetizam o desenvolvimento de Portugal em comparação com os seus parceiros europeus em três momentos marcantes da história recente (1999, 2007 e 2013). Nos *Fundos*, analisa-se o funcionamento estrutural disponibilizado a Portugal, apresentando uma visão completa do quadro de execução do ciclo de programação estrutural anterior (2007-2013).

Este projecto resulta de uma actualização de um estudo anterior da Fundação, igualmente coordenado por Augusto Mateus, intitulado *25 anos de Portugal Europeu*.



## Justiça económica em Portugal

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Para analisar a justiça económica em Portugal foi necessário utilizar diversos instrumentos de pesquisa, para além da análise jurídica: dezenas de entrevistas a empresas, advogados, juízes e organismos representativos; uma análise econométrica de dados recolhidos em mais de 800 processos consultados em tribunais; diversas visitas a tribunais estrangeiros; e o Inquérito à Justiça Económica – realizado em parceria com o INE – aplicado aos responsáveis de 3.418 empresas. O estudo está dividido em nove livros temáticos e propõe uma série de reformas.



## Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

Este estudo analisa as principais alterações ocorridas na distribuição de rendimento, na desigualdade económica e nas condições de vida dos portugueses ao longo do período de vigência do *programa de ajustamento*, entre 2010 e 2014. Trata-se de uma avaliação das consequências sociais de uma das mais profundas crises que Portugal atravessou nas últimas décadas, bem como de uma análise das medidas implementadas pelas autoridades públicas para lhe fazer frente.

Como se alteraram os rendimentos dos diferentes grupos sociais? Verificou-se um empobrecimento da classe média ou uma redução generalizada dos rendimentos familiares? A desigualdade económica agravou-se ou diminuiu? Quais foram os efeitos, sobre os diferentes grupos sociais, das alterações introduzidas nas políticas sociais e fiscal? Estas são algumas das questões a que o estudo tenta responder.



## Será a repetição de ano benéfica para os alunos?

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

Este estudo mede o impacto da repetição de ano no desempenho académico subsequente dos alunos retidos, seguindo individualmente todos os alunos do 4.º ano de escolaridade nas escolas públicas portuguesas. Embora existam exceções que confirmam a regra, em termos médios a conclusão é clara: nas escolas públicas portuguesas, os alunos com baixo desempenho que repetem o 4.º ano não apresentam melhorias na aprendizagem.

A retenção é um tema quente na área da educação em Portugal. Em linha com os princípios orientadores da Fundação, este estudo inédito traz os dados para o centro do debate.

[illegible]

Nunca se registaram tão poucos nascimentos, em Portugal, como nos últimos anos. O nosso país apresenta um dos níveis mais baixos de fecundidade da Europa e do mundo. Esta situação, associada ao aumento da esperança média de vida, desemboca no acelerado envelhecimento populacional, que coloca em causa o equilíbrio geracional e a sustentabilidade do Estado Social, tal como está concebido.

33



[illegible]

This image shows a full page of blank, lined paper. It features approximately 20 evenly spaced horizontal grey lines across its entire width, providing a template for writing or drawing. The margins are consistent on all sides.

[illegible]

